

AUTOR

**Rosa M^a Freitas
do Nascimento***

rosafreitas1@hotmail.
com

**Carina Laís Silva
Acioly****

carina-acioly@hotmail.
com

* Doutora em Direito pelo
PPGD/UFPE. Professora da
Universidade Católica de
Pernambuco

** Acadêmica de Direito
da Universidade Católica
de Pernambuco

A construção do Público e a visão poética da democracia no Brasil: uma análise de *A flor e a náusea*

La construcción de lo Público y la visión poética de la democracia en Brasil: un análisis de *A flor e a náusea*

The Construction of a Public Space and the Poetical View of Democracy in Brazil: Analysis of *A flor e a náusea*

RESUMO

No Mundo, Segunda Guerra Mundial. No Brasil, Ditadura Vargas. Movido por essa realidade, Carlos Drummond de Andrade publica, em 1945, *A rosa do povo*, o maior de todos os seus livros, com 55 poemas. Na obra, é nítido perceber o realismo social. Contraopondo a poesia de Drummond com a obra *Raízes do Brasil*, publicada em 1936, Sérgio Buarque de Holanda tenta, através da análise do nosso passado, prever o nosso futuro. A obra é uma análise da sociedade brasileira e do surgimento das nossas estruturas econômicas e políticas. Assim, é a partir dos textos de Drummond e Buarque que passamos a analisar a sociedade brasileira do ponto de vista político e moral, confrontando suas características históricas com os dias atuais.

RESUMEN

En el mundo, Segunda Guerra Mundial. En Brasil, dictadura de Vargas. Impulsado por esa realidad, Carlos Drummond de Andrade publica, en 1945, *A rosa do povo*, el mayor de todos sus libros, con cincuenta y cinco poemas. En la obra se percibe nítidamente el realismo social. Enfrentando la poesía de Drummond con la obra *Raíces do Brasil*, publicada en 1936, Sérgio Buarque de Holanda intenta, a través del análisis de nuestro pasado, predecir nuestro futuro. La obra es un análisis de la sociedad brasileña y del surgimiento de nuestras estructuras económicas y políticas. Así, a partir de los textos de Drummond y Buarque analizamos la sociedad brasileña desde un punto de vista político y moral, confrontando sus características históricas con la actualidad.

ABSTRACT

In the world at large, the Second World War was taking place. In Brazil, there was the Vargas dictatorship. Driven by this situation, Carlos Drummond de Andrade published in 1945 *A rosa do povo*, the greatest of all his books, containing 55 poems. This work clearly has to do with social realism. As a counterpoint to Drummond's poetry, Sérgio Buarque de Holanda tries, with the work *Raízes do Brasil*, published in 1936, to predict our future through the analysis of our past. The work is an analysis of Brazilian society and the emergence of our economic and political structures. Thus, based on the texts by Drummond and Buarque we examine Brazilian society from a political and moral point of view, confronting its historic features with the present day..

1. Introdução

No Mundo, Segunda Guerra Mundial. No Brasil, Ditadura Vargas. Movido por essa realidade, Carlos Drummond de Andrade publica, em 1945, *A rosa do povo*, o maior de todos os seus livros, com 55 poemas. Na obra, é nítido perceber o realismo social. Os acontecimentos vigorantes à época provocam Drummond, de tal sorte que a sua temática poética se aproxima da ideologia revolucionária anticapitalista de inspiração socialista. Assim, em *A rosa do povo*, o poeta relata sua reação perante a dor coletiva e a miséria do mundo moderno. O poema a ser analisado, *A flor e a náusea*, é um dos mais representativos da obra supracitada.

Contrapondo a poesia de Drummond com a obra *Raízes do Brasil*, publicada em 1936, Sérgio Buarque de Holanda tenta, através da análise do nosso passado, prever o nosso futuro. A obra é uma análise da sociedade brasileira e do surgimento das nossas estruturas econômicas e políticas. Uma análise inovadora que projetou os conceitos de burocracia e patrimonialismo na nossa cultura. Sérgio buscou no período colonial as raízes dos problemas por nós enfrentados atualmente. Ele descreveu o brasileiro como sendo um “homem cordial”, ou seja, que age pelo sentimento, preferindo as relações pessoais ao cumprimento de leis objetivas.

A “cultura da personalidade” tratada por Sérgio é a debilidade dos laços sociais que resultam em formas de organização solidária e ordenada. Para Buarque, a colonização brasileira foi promovida pela cultura aventureira portuguesa, que nega a estabilidade e o planejamento e apoia a prática do ócio. Assim, é a partir dos textos de Drummond e Buarque que passamos a analisar a sociedade brasileira do ponto de vista político e moral, confrontando suas características históricas com os dias atuais.

2. Sérgio Buarque de Holanda: a genealogia moral do Brasil

O livro de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*¹, faz parte da fase crítica de explicação do Brasil. Trata-se da tentativa de produzir uma explanação necessariamente genuína, observando as características e as especificidades do nosso povo, a partir de uma interpretação reflexiva da herança ibérica. Longe de uma visão positivista, mais afeito a abordagem da Sociologia compreensiva weberiana, o livro procura unir os fundamentos sociológicos aliados à visão histórica e a genealogia moral² da sociedade que se formou aqui nos trópicos.

Não adota uma perspectiva evolucionista, segundo a qual nossa civilização tropical estaria localizada no estágio anterior da modernidade. O grande desafio seria de oferta uma explicação convincente da sociedade brasileira sem cair nas armadilhas de naturalizar os problemas fundamentais do país, como se o “exótico”, traço que distingue o brasileiro, fosse uma justificativa para a desigualdade e a injustiça social vivenciada pela maior parte da população.

O autor, utilizando-se de metáforas³ e de jogos de contrários, procura inscrever como explicação da sociedade brasileira, a situação existente e historicamente construída em torno da origem e desenvolvimento dos mecanismos de socialização e inserção da cultura brasileira.

É próprio das explicações sobre o Brasil do início do século XX falar da origem ibérica de nossas instituições, o que para Vilas Boas (2009:208)

PALAVRAS-CHAVE

Democracia;
poesias de
Drummond;
instituições

PALABRAS CLAVE

Democracia;
poesias de
Drummond;
instituciones

KEYWORDS

Democracy;
Drummond poetry;
institutions

Recibido:
10.12.2014

Aceptado:
02.02.2015

Levando isso em consideração, compreende-se o porquê de essa interpretação fundada no *ethos* ibérico ter se convertido, após os 30 anos, na pedra angular da explicação acerca do atraso brasileiro e das deturpações encontradas em nossas instituições, dentre as quais o direito. Isso ocorre porque a estrutura da sociedade brasileira passa a demandar outra ordem de explicações que não podem mais estar adstritas a determinantes naturalistas e raciais, pois uma tal semântica começa a perder sentido em razão das alterações que vão ocorrendo no Brasil a partir do final do século XIX e início do século XX.

Não faz uma abordagem da formação étnica do povo brasileiro, o que foi tratado por seu contemporâneo Gilberto Freire (2006). Também não procura indicar uma releitura da sociedade brasileira à luz das teorias marxistas e sua luta de classe (PRADO JR, 1996). Ele oferta uma genealogia moral, ou seja, busca indicar os fundamentos éticos da sociedade brasileira e da relação entre os indivíduos e o Estado, a partir de uma visão personalista das relações entre o público e o privado. A preocupação é tratar das origens sociais e culturais dos padrões éticos e dos meios de socialização desenvolvidos num sociedade dispersa, mestiça e fragmentária.

Pela dispersão pode-se indicar a forma de ocupação do território. Um país de dimensões continentais e formado por diferentes encontros de culturas: a indígena, a portuguesa e a negra. Os índios que aqui se encontravam, por sua vez, apresentavam variações linguísticas e distintas práticas culturais. O português trouxe aos trópicos a herança cultural do Velho Mundo, o espírito de conquista e a afeição pela riqueza, mais detidamente aquele que não fosse fruto do trabalho árduo, oposto à ética protestante presente na maior parte da Europa após a Revolução Industrial, conforme influência da tese weberiana da origem e das condições de desenvolvimento do capitalismo (WEBER, 2009). O negro representou a mão de obra necessária ao trabalho árduo, não “aceito” pelo índio e “impróprio” ao português, diante do estigma do trabalho manual.

A relação entre o português e os outros grupos étnicos é marcada por traços específicos de

manutenção das relações de poder entre a classe social privilegiada, representada pelo colonizador, e os grupos de índio negros e despossuídos. O fato de a colônia brasileira ser um grande território em que a população se dispersava e não mantinha contínuos contatos, teve impactos sobre os laços sociais que se formaram, mais detidamente nos habitantes rurais, até meados do século XX, segundo Buarque. Para esse autor, o português herdou dos muçulmanos que ocuparam a Península Ibérica um jeito próprio de tratar o escravo, o que diferenciava a escravidão portuguesa da praticada pela Inglaterra em suas colônias (HOLANDA, 1995:25). No Brasil, a colônia portuguesa mais expressiva, o mecanismo de socialização e de proximidade no tratamento dado pelo português ao escravo e a sutil, porém não pacífica e ineficaz subordinação, foi útil a ocupação do território e à manutenção desses laços por cinco séculos.

O Brasil era um território rural, o que significava que a maior parte da sociedade se encontrava distante dos centros institucionais de poder. Assim, transferiu-se seu exercício a terceiros privados, os donatários, coronéis, fazendeiros, a responsabilidade pela manutenção da ordem. Por outro lado, a ausência de centralização faz com que os designios do Estado português dependessem da aceitação e da participação desses mesmos terceiros.

Entretanto, a descentralização não significava algo ruim ou circunstancial. Como argumenta Sérgio Buarque de Holanda logo nas primeiras linhas sobre os ibéricos: “constituem uma zona fronteira, de transição, mesmo carregados em alguns aspectos, desse europeísmo que, não obstante, mantêm como patrimônio necessário” (1995:31). Então, podemos afirmar que os portugueses, como os espanhóis, se voltavam para fora da Europa, oposto à formação da moderna sociedade inglesa e francesa, preocupados em proteger suas fronteiras.

A fragmentária sociabilidade do português e do espanhol é atribuída, por Sérgio Buarque, ao valor que esses dispensam ao personalismo, o que os impeliria ao “anarquismo” representado pela “cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e dos costumes” (HOLANDA, 1995:32). A falta de coesão não é um fenômeno novo ao estilo de vida do colonizador, porém apresentará

novos contornos aqui, pois há possibilidades reais, viabilizadas pela disponibilidade de terras e privilégios que o recente mundo descoberto ofertara.

O último parágrafo do capítulo 1 de *Raízes do Brasil* é especial para sintetizar a tese esboçada. Segundo o autor, a desordem é um elemento “natural” ao português, bem como sua tendência a inquietante “anarquia” e aversão às regras. Seria herança europeia do colonizador que foi afastado do seu centro, e, portanto, não animados pelos mesmos valores “cívicos” que animavam o velho continente. Chegou-se, assim, ao Brasil, a repugnância pelas instituições, o que para Buarque: “É em vão que temos procurado importar do sistema de outros povos modernos, ou criar por conta própria, um sucedâneo adequado, capazes de superar os efeitos de nosso natural inquieto e desordenado” (1995:41).

Consequências da dispersão da ocupação do território, a colonização das terras tropicais por Portugal teria sido governada por um espírito aventureiro em oposição a moral trabalhadora de outros conquistadores. O que caracteriza a moral do aventureiro é a avidez por riqueza fácil, rápida ascensão social e o objetivo de permanecer somente transitoriamente em determinado lugar. O aventureiro não quer criar raízes. O aventureiro enxergaria só os benefícios e transporia os obstáculos como trampolim. Não se compromete, almeja o benefício pessoal em oposição à vida coletiva. Diversamente da ética do trabalho que pressupõe esforço lento, pouco compensador em curto prazo e persistente.

Pela metáfora do aventureiro e do trabalhador, Sérgio Buarque se rende ao elogio da tradição moderna, em oposição a outras formas de socialização do trabalho não modernas, como ponto cristalizador do tipo ideal e da cultura que lhe é própria. Na formação da genealogia moral do Brasil, é a moral do aventureiro que se aportou entre nós, em que a ânsia da “propriedade sem curso, de títulos honoríficos, de posição e riqueza fáceis, tão notoriamente característica da gente de nossa terra” (1995:46).

Longe de toda a crítica e a imputação das vicissitudes do projeto colonizador que aqui se

fez, os elementos objetivos presentes no lastro econômico que o impulsionou, está a conveniência de se produzir, no mundo colonial, para o mercado externo, representado pela nação colonizadora e os países que com ela mantinham relações comerciais. A colônia agrícola portuguesa que aqui se instalou marcou a forma como nossa sociedade lida com a riqueza produzida e o espaço. Sérgio Buarque então profere uma análise válida até hoje:

A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Seu braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável (1995:46).

O autor explica com magistral atualidade a relação do homem com o território, o que se estende também para as cidades portuguesas aqui erguidas, na metáfora do sementeiro e do ladrilhador. Já como gestação da relação do indivíduo com o espaço, a cidade não viabilizaria o encontro, a discussão, e não será o lugar privilegiado de revolução nos trópicos.

A herança rural se destaca no contexto periférico brasileiro e a cidade serve mais a facilitação dos meios de controle do que a agregação dos indivíduos na praça, o lugar do encontro, o lugar do público. Uma relação perniciosa com o território e com aqueles que nele se estabelecem. E foram vários que chegaram e se misturaram com outros que já se encontravam.

A pluralidade da sociedade brasileira decorre da mestiçagem de três grupos que aqui se encontraram: o índio, o português e o negro. Segundo Sérgio Buarque, a mestiçagem não era novidade para o português. Este seria marcado pela falta de orgulho de raça e apresentaria, o que autor denominou, de extraordinária plasticidade social (1995:53). O português já é mestiço em sua origem e o reproduz no novo mundo tropical o padrão de mistura herdado da ocupação muçulmana na Península Ibérica. Da mesma forma, a escravidão não é prática nova. Já nos primeiros anos da ocupação do Brasil utilizava-se mão de obra escrava negra e se negociava os filhos dos escravos.

O fato de os índios brasileiros não se habituarem à condição servil e de se acharem “reconhecida” sua liberdade, os distanciou do estigma social ligado à escravidão. Porém, os índios, em especial as índias, tinham ampla “serventia”, tendo em vista que em seus ventres o mundo colonizado surgiu através de casamentos entre elas e o colonizador português, incentivados pela coroa.

No plano da economia, a ausência de diversificação das atividades, sendo a concentração da produção em latifúndios, inicialmente, para a produção de açúcar e depois para o café, que achataram outros ramos produtivos. Não há praticamente atividade de cooperação no âmbito produtivo e o trabalho livre era praticamente inexistente até o início do século XX. Além da resistência ao uso de técnicas produtivas mais eficazes, como assinala Holanda (1995:66).

Seguindo a tradição weberiana, na qual o indivíduo e suas predisposições e escolhas sobrepõem-se às condições objetivas gerais, Sérgio Buarque atribui o insucesso da colonização holandesa no Nordeste a contra face da colonização portuguesa. Enquanto estes são dispersos e sem métodos, aqueles apresentariam grande coesão social e metodismo. O português teria a predisposição à mestiçagem e à vida nos trópicos, já os holandeses seriam incompatíveis com as terras tropicais. No mais, a religião não ofertava ritos, como o apelo que o catolicismo detinha, e teria baixa inserção social, principalmente junto às comunidades rurais.

A origem rural da sociedade brasileira é outro ponto importante para a fragmentária identidade social do povo. Se por um lado inviabilizou a construção do Estado central forte, por outro representa a tardia organização do operariado urbano nos moldes europeus do trabalho livre. Favoreceria os vínculos pessoais e a dependência patrimonial, por tal razão o clientelismo é uma das características da sociedade brasileira até hoje. Em abordagem diversa da matriz teórica weberiana, Adalberto Cardoso trata da construção da sociedade de trabalho no Brasil. Assevera este autor a tardia modernidade em termos de organização da força de trabalho “livre” ou assalariada, ao estilo do capitalismo europeu, e a indica como causa a absurda desigualdade social, persistente, pernicioso e manipulada (2010:40).

Buarque tratando do esforço modernizador brasileiro aborda os fracassos do empreendimento de Mauá. Argumenta sobre a incompatibilidade das formas de vida copiadas das nações socialmente mais “avançadas”. Mais adiante, Buarque trata do processo de urbanização incipiente no início do século XX e da mentalidade campesina daqueles que passaram a viver nas cidades. O autor fala da aversão às virtudes econômicas entre os povos de origem ibérica. Seriam eles contrários à racionalização econômica, por sua versão impessoal e mecânica, necessária ao desenvolvimento do capitalismo. Não conseguiriam eles sobrepujar as relações de natureza comunal e orgânicas, que se fundam “no parentesco, na vizinhança e na amizade” (1995:137).

Contrário à visão marxista, mais detidamente à explicação de Engels sobre a origem do Estado, Buarque lança a tese segunda a qual a formação do Estado representa um movimento descontínuo e de negação à família, não uma decorrência desta; pelo menos, não deveria sê-lo em sua tipologia ideal. O Estado representaria a lei geral, que suplanta a particular, tal passagem seria imprescindível a instituições modernas racionalizadas e a estruturação do capitalismo e suas relações de troca. Segundo a argumentação de Buarque, a organização produtiva moderna representa a passagem das corporações de ofício, atravessadas pela proximidade, para a formação do capitalismo industrial, no qual a impessoalidade na organização da mão de obra trabalhadora é indispensável.

O que tardiamente ocorreu no Brasil no plano produtivo nunca se estabeleceu de fato no plano institucional. Onde termina o privado e começa o público é um questionamento impossível de ser respondido na cultura brasileira. Utilizando das categorias weberianas de legitimação no Brasil, persiste a tradição e o carisma em oposição à razão e à impessoalidade burocrática (WEBER, 2002:65). O privado predomina e o público se atrofia. No caso nacional, o núcleo familiar, âmbito da socialização primária, debruça-se sobre o público, o que impediria maturação das instituições.

Caso seguissemos o posicionamento de Holanda poderíamos afirmar, nos termos objeto desta tese, que o déficit institucional seria fruto da ausência ou da precária racionalização do aparelho institucional.

Assim, reproduziríamos no plano do público os princípios e códigos de conduta domésticos e distribuímos desigualmente os bens públicos a partir da matriz patrimonialista que perdura entre nós. Concordamos com o efeito, mas discordamos das suas causas (1995:148).

Não é novidade o fato de o Estado, principal aglutinador do aparelho institucional, seja o garantidor do acesso díspar à riqueza social. A distribuição desigual e injusta da riqueza social gera revolta e resistências entre os grupos beneficiados e aqueles que não o são. Entretanto, não é o que ocorre no Brasil. Buarque cria em seu livro um tipo ideal célebre e que talvez seja a sua principal herança sociológica: o homem cordial. É a característica da cordialidade que marcaria o brasileiro, sua aparente civilidade e a forma emotiva com que trata o outro, o estrangeiro, traço que Buarque atribui à origem agrária e patriarcal. Essa estratégia de sobrevivência seria, para Sérgio Buarque, uma forma de resistência e de se evitar o confronto direto. A intimidade daria lugar à impessoalidade, a emoção de sobrepujaria à razão.

Ouso, contudo, discordar desta versão, devemos nos perguntar que discursos simbólicos são responsáveis por retirar dos indivíduos sua autonomia e deturpar a autoimagem que fazem de si, quais são os meios e as ideologias que tornam isso possível, e como podem buscar formas eficazes de reconhecimento.

Sérgio Buarque desenvolve outros argumentos para justificar a resistência brasileira ao desenvolvimento de relações institucionalizadas (e que gozariam dos atributos da impessoalidade e da racionalidade) segundo a tradição europeia continental: a relutância em aceitar os princípios supra individuais de organização e a ritualização. Para ele,

cada indivíduo, nesse caso, afirma-se ante os seus semelhantes indiferente à lei geral, onde esta lei contrarie suas afinidades emotivas, e atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do mundo (1995:158).

A “cordialidade” seria, desta forma, um meio do indivíduo driblar a lei e sobreviver, inclusive, com acesso aos bens materiais, sem desenvolver

“virtudes” ou capacidades efetivas de produção, no sentido capitalista. Desenvolveu-se a cultura do bacharelismo e um positivismo à brasileira, que distinguia teoria e prática de maneira bem peculiar: o lugar do discurso não inibe o acesso aos privilégios na distribuição desigual do prestígio e da riqueza.

Na história da formação das instituições no Brasil, a vinda da família real para a colônia representa um marco de declínio do velho mundo rural e impulsiona a necessidade de se desenvolver serviços básicos administrativos que seriam prestados pelo poucos “qualificados”, de alfabetizados a bacharéis que habitavam na colônia.

A abolição da escravatura representa outro marco histórico, porquanto introduz o trabalho remunerado, como única forma lícita de submissão da mão de obra. As condições de trabalho nesse momento são precárias e os salários são ínfimos. Outro impacto da abolição, talvez o mais importante, foi a expansão das cidades e a disponibilidade do operariado urbano, mesmo que desqualificado para a incipiente sociedade capitalista que se formava (CARDOSO: 2010:50).

O último capítulo de *Raízes do Brasil* é, sem dúvida, o mais weberiano de todos. Intitulado “Nossa revolução”, Sérgio Buarque trata do aparelhamento do Estado no Brasil e compara-o ao tipo ideal de organização racional, naquele tempo já vivenciado em parte dos países europeus. Todavia, longe da maturação política e da aplicação efetiva das categorias políticas ideias presentes na cultura liberal e republicana, a forma de sua adoção no Brasil foi exótica, má intencionada e falaciosa.

Emancipando-se das tutelas das metrópoles europeias, cuidaram elas de adotar, como base de suas cartas políticas, os princípios que se achavam então na ordem do dia. As palavras mágicas Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiravam soram antes de aparato que de substância (HOLANDA, 1995: 165).

Acreditou-se, ou se propagou a crença, até hoje persistente e demagógica, que a importação de institutos europeus viabilizaria a racionalização das instituições aqui criadas. Quanto ao desenvolvimento e a prática jurídica, um parágrafo do texto é ilustrativo:

Escapa-nos esta verdade de que não são as leis escritas, fabricadas pelos juriconsultos, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações. Costumamos julgar, ao contrário, que os bons regulamentos e a obediência aos preceitos abstratos representam a floração ideal de uma apurada educação política, de alfabetização, de aquisição de hábitos civilizados e de outras condições igualmente excelentes. (HOLANDA, 1995: 174)

Ilustra bem a forma como o discurso liberal e democrático vive em dois mundos: o europeu, real busca de sua concretização e o colonial-periférico precário e retórico. A resistência à racionalização é expressa no caudilhismo e a difícil passagem do Estado patrimonial ao Estado burocrático no Brasil (BRESSER-PEREIRA:2008). Constatação válida até os nossos dias.

Sergio Buarque de Holanda diagnostica a persistência da cultura personalista e clientelista e que esta manteve intacta a oligarquia instalada que propagou os privilégios para as gerações seguintes. O autor fala da incompatibilidade, talvez natural, entre a racionalização das instituições e a sociedade, e, ainda, a ausência de inteligibilidade delas para os povos latino-americanos (1995:184). Ouso discordar dessa assertiva, e proponho a tese oposta sobre a promoção de discursos e práticas tendentes a viabilizar os privilégios de uma pequena parcela da sociedade em oposição a maioria da população carente de proteção estatal e da distribuição dos bens simbólicos da civilização. O Estado brasileiro seria em sua origem e como seu fim antissocial, conforme afirma Adalberto Cardoso (2010:95).

Para justificar sua tese Holanda apresenta três fatores para a incompatibilidade natural entre a formação de instituições eficientes e o povo a que se destina (1995:184):

(1) a repulsa dos povos americanos, descendentes dos colonizadores e da população indígena, por toda a hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo;

(2) a impossibilidade de resistência eficaz a certas influências novas (por exemplo, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo) que, pelo menos até recentemente, foram aliados naturais das ideias democrático-liberais;

(3) a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor.

Se a mentalidade “anarquista” (o vocábulo deve ser entendido no seu sentido vulgar, como resistente as regras) que seria natural e endógena a nossa sociedade tropical, justificaria a hipótese do homem cordial, como resistência não organizada e dispersa aos discursos de poder inseridos de forma exógena na cultura pátria. Outro ponto seria seu caráter também incompatível com a sociedade liberal, seus princípios não passariam de “uma inútil e onerosa superafetação”.

No entanto, não é o povo o destinatário e beneficiário desse discurso e naturalizar a desigualdade e sua prática, culpando genericamente as próprias vítimas, não nos parece uma resposta aceitável. Se a confusão de cor e raça e o falacioso discurso positivista e liberal afloraram entre nós, não foram eles inseridos pela “amorfa” massa populacional, mas serviram a relações de poder e manutenção de privilégios, como o autor em comentário asseverou. Não poderia dar bons frutos a aplicação de categorias e institutos avessos a nossa realidade. Cabe-nos indagar se tal situação é natural, como coloca Buarque, ou provocada, criada e manipulada.

3. A contextualização do poema: a “flor e a náusea” e sua reflexão democrática.

Século XX, década de 40, o Brasil vive o auge do Modernismo cultural. O universo temático dos artistas amplia-se com a preocupação em retratar o destino do homem e o “estar no mundo”, refletindo as agitações da época: A Segunda Guerra Mundial com suas atrocidades. O confronto político, capitalismo vs comunismo, que vigorava desde 1917, encontra-se camuflado na relação nazismo e fascismo. Paralelo a isto, vigora no Brasil o “Estado Novo”. Getúlio Vargas, então presidente, diante de eleições marcadas e com a consciência de que não seria reeleito, insere o “Plano Cohen”, que implanta a ditadura como proteção contra o regime comunista.

Diante dessa realidade, Carlos Drummond de Andrade publica, em 1945, *A rosa do povo*, o maior de todos os seus livros, com 55 poemas. Nessa obra, é nítido perceber o realismo social, particularmente penetrante e que não se restringe apenas ao lirismo da poesia engajada. Livro de difícil interpretação, e um dos mais discutidos e decodificados da poesia moderna brasileira (BOSI, 1994:440-446). Os acontecimentos vigorantes à época provocam Drummond, de tal sorte que a sua temática poética se aproxima da ideologia revolucionária anticapitalista de inspiração socialista. Destarte, em *A rosa do povo*, o poeta itabirano testemunha sua reação perante a dor coletiva e a miséria do mundo moderno, com seu maquinismo, seu materialismo e sua carência de humanidade. O poema a ser analisado, *A flor e a náusea*, é um dos mais representativos da obra supracitada.

É nessa época que Drummond absorve os sentimentos, as angústias e a dor do seu tempo, retratando através das palavras o cotidiano da cidade e do mundo por meio de uma linguagem metafórica. A “náusea” retratada no poema é o fruto resultante do conflito do eu lírico com a realidade, com a “rua cinzenta” (ANDRADE 2012:13-14):

Preso à minha classe e a algumas roupas,
Vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-me.
Devo seguir até o enjoo?
Posso, sem armas, revoltar-me?

Melancolias refletem o interior do eu lírico, às mercadorias etiquetadas pela posição social, às ruas, ao capital. O uso da cor branca contrasta com o cinza da cidade. Drummond utiliza a expressão “Vou de branco pela rua cinzenta” em alusão à tranquilidade evocada pelo branco, que se antagoniza ao cinza da rua, ao denso e injusto mundo pelo qual ele caminha.

É nítido perceber a crise em que se encontra o poeta. No trecho do poema citado, em uma autoanálise, ele reflete: “Devo seguir até o enjoo? Posso, sem armas, revoltar-me?”. É o conflito de identidade do ser, em uma oscilação entre o “eu” e o mundo. A náusea aqui pode ser compreendida pelo conceito existencialista de Jean Paul Sartre: “O homem está condenado a ser livre. Condenado porque não se criou a si próprio; e, no entanto, livre porque, uma vez lançado ao mundo, é responsável por tudo quanto fizer” (1973). A náusea de Sartre surge do livre-arbítrio de escolha pessoal, ou seja, da possibilidade de ser capaz. Conclui-se que, sob esta perspectiva antropológica, somos responsáveis por gerar, através dos nossos atos, nosso mundo.

Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária de erro, distribuída em casa.
Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.
(ANDRADE 2012:13-14)

Neste caso, a expressão “da terra” confere ao núcleo (“crime”) o seu objeto, ou seja, são crimes cometidos pela terra. A terra pode ser entendida sob dois aspectos: a terra, que produz o alimento (nossa “ração diária”); e o lugar em que habitamos, ou seja, o país em que vivemos. O primeiro sentido correlaciona-se com os outros campos semânticos: “padeiro” e “leiteiro”, antropomorfizados e metaforizados em “ração”. O segundo sentido remete-nos ao momento sociopolítico vivenciado pelo poeta na época: tais crimes da terra podem, então, ser compreendidos como sendo as mazelas sociais, a desigualdade, a injustiça etc. (SANTANA, 2006:27-28). Diretamente relacionados com a má política. A “ração”, como sendo algo próprio do animal, estendido ao homem, também é negativamente carregada no contexto da poesia.

Desse modo, temos a ração, alimento do animal e também do homem; o padeiro, aquele que faz o pão (alimento); o leiteiro, aquele que distribui o leite (alimento). O poema enquadra-se na tendência sociopolítica na qual a angústia de Drummond transforma-se em compromisso com a humanidade, refletindo um mundo em clima de aflição, no qual o poeta vislumbra o novo e crê na esperança de dias melhores. De tal sorte, compreende-se a “flor” como sendo a perspectiva de dias melhores.

Sob essa miragem, o Estado é definido pelo sociólogo Max Weber como “uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundado no instrumento da violência legítima”, que só pode existir “sob a condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores” (2008:55). A essa dominação podemos chamar de patrimonialismo. O patrimonialismo consiste, portanto, em uma forma específica da dominação tradicional, surgindo a partir de um desenvolvimento da dominação patriarcal.

No contexto brasileiro de patrimonialismo, o sociólogo paulista Florestan Fernandes afirma que, com a colonização, os portugueses transplantaram a ordem social vigente em Portugal na época do descobrimento. Destarte, houve uma tentativa deliberada de

preservação e adaptação de um corpo de instituições e de padrões organizatórios, com vistas à criação de um “novo Portugal” (...) que deveria emergir das condições sociais de vida de uma colônia de exploração (WEBER, 2008: 55).

Por “patrimonial”, Fernandes compreende um Estado não só composto por um quadro administrativo pessoal do rei como também um Estado cujas funções e benefícios são apropriados de forma privada pelo rei e seus quadros.

Já em outra fase da história do Brasil, o patrimonialismo reflete-se nos latifúndios e na criação de “grandes lavouras”, onde se efetua um alto grau de concentração estatal do poder, da riqueza e do prestígio. As consequências dessa concentração passam a ser sentidas em toda evolução política

do Brasil. Foi graças a essa conjuntura que a maior parte da população brasileira adulta acabou por não ter participação direta na vida política, ou no máximo, tendo acesso a ela apenas para exercer atividades subordinadas aos que detêm o poder.

O verso “Alguns achei belos, foram publicados” remete a algo que é distribuído e consumido diariamente, como o leite e o pão. Tal expressão também faz alusão a algo que é publicado, como o jornal e, extensivamente, a notícia. Dessa forma, deciframos a metáfora presente no trecho do poema: os meios de comunicação, que, através dos ferozes leiteiros do mal (jornalistas corrompidos), distribuem a ração diária (jornal, notícias), à população, que é tratada “animalescamente”.

Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas,
[alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
Fundem-se no mesmo impasse
(ANDRADE, 2012:13-14).

Nota-se, no excerto supracitado que o eu lírico encontra-se mergulhado num mundo sufocante, onde tudo é igualado à mercadoria. O poeta afirma que o tempo de completa justiça ainda não chegou. E hoje, mais de cinquenta anos após a publicação do poema, notamos que a justiça caminha a passos lentos, sobretudo a justiça brasileira. Um exemplo disso é a criminalização dos movimentos sociais pelos poderes ora estabelecidos. As manifestações populares intensificaram-se em junho de 2013, inicialmente, em virtude do aumento das tarifas de transporte público. Daí então, ao invés de atender os clamores da sociedade com propostas de melhoria para o coletivo, o poder público brasileiro tem respondido com violência e tentativa de repressão aos ativistas dos movimentos sociais. Através dos meios de comunicação de massa, os agentes públicos divagam a ideia de que os manifestantes não passam de vândalos ou desordeiros, além de proibir os ativistas de exercerem um direito previsto constitucionalmente no nosso ordenamento jurídico, que é o de manifestar-se. Sobre essa temática, o filósofo italiano Norberto Bobbio afirma que:

Enquanto contrária à aceitação, a contestação se refere, mais do que a um comportamento de ruptura, a uma atitude de crítica, que põe em questão a ordem constituída sem necessariamente pô-la em crise (2004:61).

O direito de liberdade de expressão, vedado o anonimato, também é previsto pela Constituição vigente em nosso país. No entanto, muitas vezes os ativistas têm esse direito castrado, ao serem punidos unicamente por ir às ruas protestar contra o sistema político vigorante. Os direitos fundamentais inscritos na Constituição de 1988 foram conquistados após muitos anos de luta contra a ditadura militar. Assim, deve ser respeitado, sobretudo, o direito constitucional de reunir-se e manifestar-se, previsto no artigo 5º, inciso XVI da Constituição.

Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima
(ANDRADE, 2012:13-14).

“Meu ódio é o melhor de mim”, pois é exatamente do ódio que nasce a flor, daí encontra-se o motivo pelo qual a flor é feia. O ódio é bom, porque é dele que surge a flor. A flor, então considerada a poesia que surge para revelar os crimes da terra; que obtempera a razão de erros; a flor que é a palavra, o grito, o verbo, a revolução. A flor que duela com a náusea e nesse duelo acaba sendo vitoriosa. A flor que “furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio”. A flor emancipa. A náusea prende.

polêmicas, conflitos e levantar questões pertinentes à sociedade e ao indivíduo. A democracia é legítima poesia quando notamos o movimento social se concretizar no dia a dia, como algo cultivado frequentemente. É através da união dos afetos e da conexão entre as mentes que poderemos traçar caminhos melhores para a sociedade.

Confluindo os momentos históricos, ambos os autores analisados, o sociólogo e o poeta, pretendem o mesmo: afirmar a busca pela identidade, rever a estrutura social excludente, sonhar com o futuro diferente. Ambos escrevem no mesmo momento histórico: a década de 1930. Mas não é a adversidade que os impeça de imaginar um país diferente e sobre ele sonhar uma nova história.

4. Conclusão: democracia em perspectiva poética

A democracia compreendida em sentido poético pode ser entendida como sendo a reunião de pessoas para a construção de ideias, movidas por sentimentos em comum, ou de algo que desperte sensibilidade em todos. A poesia, assim como a democracia, é capaz de promover debates,

NOTAS

¹ O autor é considerado um dos grandes ensaístas brasileiros, engaja-se inicialmente no projeto da Universidade do Distrito Federal (RJ) e posteriormente na Universidade de São Paulo. Vinculado à esquerda brasileira desde 1946 e ao Partido dos Trabalhadores em 1980, Sergio Buarque de Holanda não pode ser considerado um autor que busca desenvolver um pensamento crítico da sociedade brasileira. A primeira edição do livro foi de 1936, após o retorno do jovem estudante de História e Sociologia em Berlim, tendo entrado em contato com a teoria sociológica weberiana. RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 106. A primeira edição da obra foi realizada pela Editora José Olímpio em 1936, a publicação usada neste trabalho é a versão de 1995, da editora Companhia das Letras. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

² Por "genealogia" entendemos o processo histórico e social de constituição dos fundamentos éticos da sociedade. Nele podem ser resgatadas as práticas culturais, a divisão social do trabalho e uma apreensão crítica sobre o processo de formação da sociabilidade.

³ A metáfora como meio sinalizar e denotador procura retratar a situação procurando provocar no interlocutor as os conceitos prévios fixados socialmente e os valores compartilhados intersubjetivamente, no qual aquilo que é percebido não tem mios de se expressar de forma eficaz através da verbalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AZEVEDO, Marta. *Censo indígena*. <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quantos-sao/quantos-eram-quantos-serao>, acesso em 24 de julho de 2013.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOSI, Alfredo. «Carlos Drummond de Andrade». Em: *História concisa da Literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994. 41ª. ed. pp. 440-446.

BRESSER-PEREIRA, Antônio Carlos. *Do estado patrimonial ao gerencial*. Disponível em www.bresserpereira.org.br, acesso em 10 de setembro de 2008.

CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade de trabalho no Brasil. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CASTORIADES, Cornelius. *A Constituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FERNANDES, Florestan. "A sociedade escravista no Brasil". Em: FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*. São Paulo: Globo, 2010. pp. 37-95.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes. O legado da "raça branca"*. São Paulo: Globo, 2008a. vol. 1

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SANTANA, Afonso romano de. «A flor, a vida, a poesia». Em: *Prefácio à 35ª. ed. de A rosa do povo*. Rio de Janeiro: Record, 2006. pp. 27-28.

SARTRE, Jean. Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução: Vergílio Ferreira. São Paulo: Abril S.A., 1973.

SOUZA, Marcelo Lopes. *A prisão e a ágora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. *Teoria dos sistemas e o direito brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 208.

WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

_____. "A política como vocação". Em: WEBER, Max. *Ciência e política*. Duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2008.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2009.